

URBANISMO

Distritais pretendem modificar a proposta do PDL do Gama. Projeto deve ser votado apenas no segundo semestre na Câmara Legislativa

Mudanças no plano diretor

CECÍLIA BRANDIM

DA EQUIPE DO CORREIO

Em oito anos de estudos, o Plano Diretor Local (PDL) do Gama não chegou ao texto final. Na semana passada, a secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diana Motta, tentou convencer os distritais de que o planejamento da cidade está pronto para votação. Mas os deputados não abriram mão de debater a questão mais uma vez. Além de ter sido tema de uma comissão geral no plenário da Câmara Legislativa ontem, o PDL ainda deve ser modificado. O deputado Wilson Lima (PMDB) tem pronto um substitutivo ao projeto.

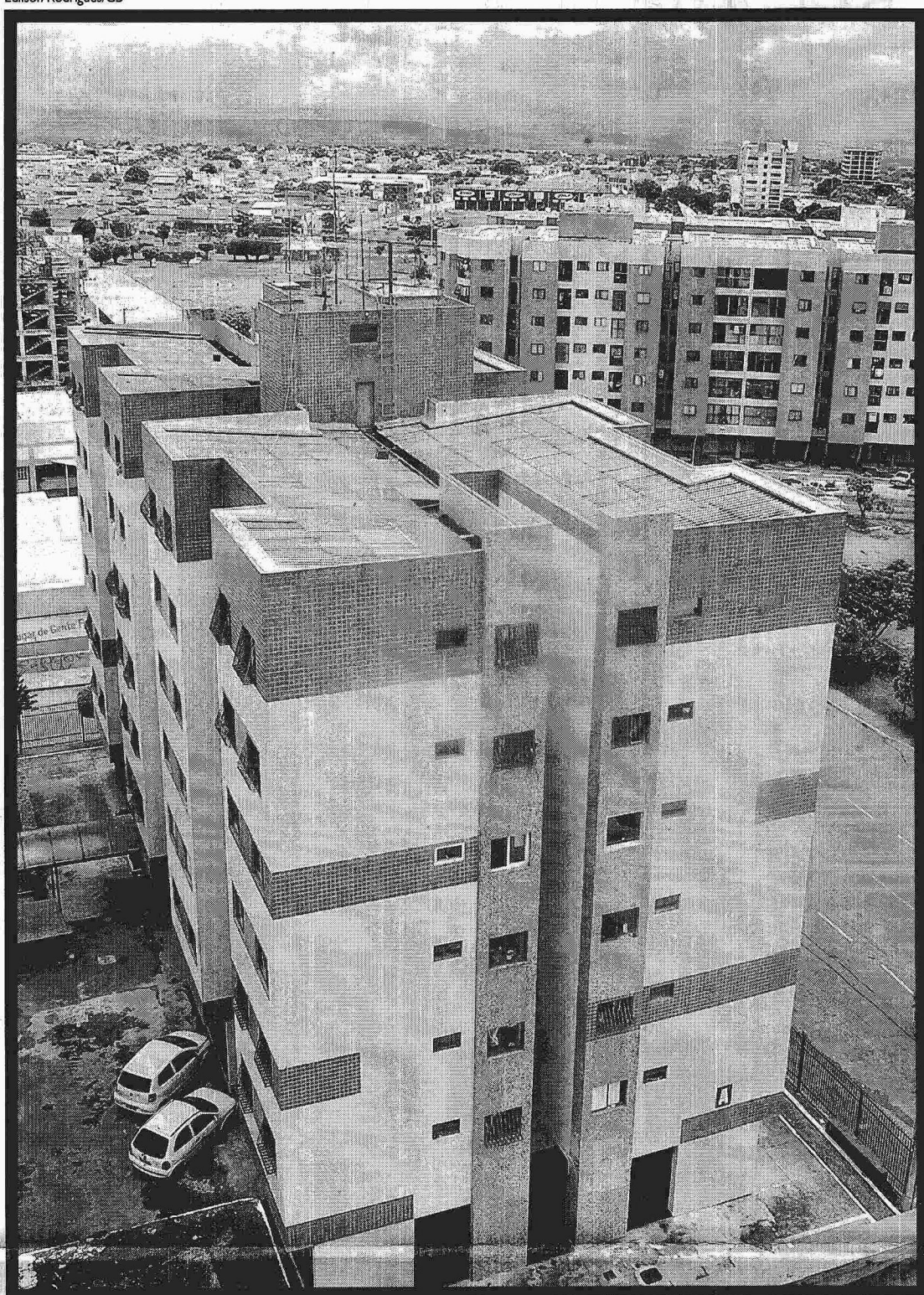
Lima pretende atender aos apelos das lideranças de alguns setores do Gama, cidade onde mora. Ele afirma que apenas corrigirá informações – ainda não divulgadas – que estavam defasadas no PDL. A líder do governo na Câmara, Eliana Pedrosa (PFL), diz que além da hipótese da apreciação de um novo PDL, há uma proposta de emendas que atrela o documento às imposições do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) do DF, com revisão prevista para ser concluída no segundo semestre.

É justamente essa data que emperra um acordo para apreciação do PDL do Gama. O plano do Guará também está na pauta da Câmara. Pela Lei Orgânica, o PDOT fixa as linhas gerais para o desenvolvimento urbano do DF. Com ele, é possível fazer o detalhamento das regras de ocupação para cada cidade, com os PDLs.

O líder do PT, Paulo Tadeu, é contra a aprovação dos planejamentos locais antes da aprovação das normas gerais. “O que está havendo é pressão social e econômica para aprovar as mudanças em um ano eleitoral”, criticou. O prefeito comunitário da quadra 30, no Setor Oeste, Antônio Gomes, 67, reclamou da demora dos deputados. “O Gama está engessado, não pode crescer verticalmente.”

Uma das propostas do governo é aumentar o limite de pavimentos por prédio na região central de oito para 12 andares (*leia quadro*). A secretária-adjunta de Habitação, Glória Rincon, disse que não há motivo para discussões em relação ao PDL do Gama. “Estamos fazendo um direcionamento para que o crescimento da cidade seja ordenado. O plano está em condições de ser votado”, defendeu.

Edilson Rodrigues/CB



UMA DAS PROPOSTAS DO GDF É AUMENTAR O LIMITE DE OITO PARA 12 PAVIMENTOS NOS PRÉDIOS DO CENTRO DO GAMA

O QUE É O PDL

● O Plano Diretor Local prevê as normas do crescimento de uma cidade. O documento vale por oito anos e define regras de gabarito, tipos de ocupação, áreas de expansão e soluções para situações irregulares.

● No caso do Gama, o PDL propõe o aumento dos prédios do centro da cidade de oito para 12 pavimentos; a transformação do setor leste industrial em área residencial e comercial; a mudança do Núcleo Rural

Ponte Alta em área urbana com baixa densidade populacional; a transferência da rodoviária do centro para as margens da DF-290; e a proteção ambiental das bordas de chapada que cercam a cidade.

PDOT só depois de julho

Mesmo com as cobranças da oposição na Câmara Legislativa, a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) não deve ficar pronta antes de julho. A previsão é da secretária de Habitação, Diana Motta. Até lá, haverá duas audiências públicas, além dos debates com os deputados distritais. O governo trabalha com prazo apertado. Segundo determinação do Estatuto da Cidade, o novo texto deve ficar pronto em outubro.

Ontem, a equipe técnica do governo apresentou as principais propostas para ocupação do território urbano ao Conselho de Planejamento Urbanís-

tico e Territorial (Conplan). A expectativa dos técnicos é gerar um aumento de 2,5% no percentual de áreas urbanas no território do DF. A mudança será provocada pelo novo zoneamento das regiões administrativas. Haverá uma redefinição dos limites de expansão do conjunto de cidades, zonas rurais e de proteção ambiental.

A proposta é dividir as 29 RAs em sete áreas de planejamento. As ocupações irregulares devem ser os principais alvos de transformações. Com o PDOT, a regularização de condomínios que estão em áreas rurais, como Vicente Pires, será permitida. A antiga colônia agrícola passa a ser cidade definitivamente. O que muda, segundo os técnicos, são os índices de aproveitamento do solo com as construções, além da legalização dos loteamentos, proibidos em locais com características rurais.

Tony Malheiros, representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea) no Conplan, disse que se preocupa com o respeito às áreas de preservação ambiental do DF. “O PDOT tem que deixar explícito o respeito a esse tipo de situação”, disse. (CB)